

PÓS-EDITAL



SIMULADÃO

TJPE

TÉCNICO JUDICIÁRIO

PROVA OBJETIVA + REDAÇÃO



Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 6.

Inspecções de segurança geram benefícios para empresas e trabalhadores

Por Paulo Ribeiro Neres

Uma das atividades mais comuns entre os profissionais de saúde e segurança do trabalho são as inspecções de segurança. Estas podem ser específicas, como por exemplo, em equipamentos de combate a incêndio ou gerais como: ordem, arrumação e limpeza. Normalmente, alguns de seus objetivos são: reconhecer e antecipar as condições ou procedimentos que se encontram abaixo dos padrões de segurança estabelecidos, ou ainda detectar situações perigosas que possam acarretar perdas materiais ou pessoais no ambiente ocupacional.

Seja qual for o propósito ou tipo das inspecções, de rotina ou periódica, é de extrema relevância que o próprio trabalhador, "aquele que põe a mão na massa", participe dessas atividades e que sua opinião seja considerada e avaliada no momento da conclusão. Desta forma, espera-se aumentar o interesse e motivação dos trabalhadores com as questões de saúde e segurança no ambiente de trabalho e, paralelo a isso, desenvolver uma cultura que promova a ideia de que a prevenção de perdas seja de interesse de todos e não apenas uma responsabilidade do Departamento de Segurança, como é comum em diversas organizações. [...]

O melhor e mais vantajoso de tudo isso é que podemos usar o conhecimento e experiência prática de quem realmente sabe onde estão as condições perigosas e desvios que mais ocorrem naquele ambiente de trabalho. Geralmente, as inspecções de segurança são realizadas sem a participação dos trabalhadores do chão de fábrica. Precisamos quebrar esse paradigma. [...] Não será demérito para os profissionais do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) adicionar os trabalhadores nas suas inspecções de segurança. Para isso, será necessário capacitá-los, treiná-los e orientá-los para que sejam capazes de auxiliar na identificação e avaliação dos perigos. [...]

Se realizarmos inspecções com o auxílio dos próprios trabalhadores, é bem provável que as medidas de controle, que serão sugeridas para mitigar os riscos detectados, sejam mais coerentes e próximas da realidade do dia a dia. Assim, o bom resultado prático virá pela união do conhecimento técnico do profissional da segurança com a opinião e visão de quem realmente fica exposto, que são os trabalhadores.

<http://revistacipa.com.br/inspecoes-de-seguranca-geram-beneficios-para-empresas-e-trabalhadores/> acesso em 14/11/2019 (adaptado)

QUESTÃO 1

De acordo com o texto, assinale a alternativa correta.

- A) As inspecções de segurança são atividades inusuais entre os profissionais da saúde.
- B) O texto mostra a importância da segurança nas empresas com situações perigosas.
- C) A opinião dos trabalhadores precisa ser considerada nas inspecções de segurança.
- D) O SESMT deve adicionar e responsabilizar os trabalhadores pelas inspecções de segurança.

QUESTÃO 2

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas abaixo.

O texto possui característica da tipologia _____ visto que apresenta _____ seguida de _____ e finaliza com _____.

- A) descrição objetiva / uma sequência de situações / exemplos / uma solução.
- B) dissertação argumentativa / uma opinião / argumentos / uma sugestão.
- C) injunção expositiva / uma opinião / exemplos / uma opção de melhoria.
- D) narração explicativa / uma sequência de fatos / explicações / uma conclusão convincente.

QUESTÃO 3

Assinale a alternativa que apresenta a correta regra para o uso de aspas na expressão: "aquele que põe a mão na massa", extraída do texto.

- A) As aspas são utilizadas para indicar um discurso direto.
- B) As aspas são utilizadas para indicar uma citação ou comentário.
- C) As aspas são utilizadas para destacar uma expressão empregada fora do contexto habitual.
- D) As aspas são utilizadas para separar um aposto em orações com mais de um verbo.

QUESTÃO 4

Assinale a alternativa correta quanto à regra utilizada para a colocação pronominal destacada no enunciado a seguir: "Para isso, será necessário capacitá-los, treiná-los e orientá-los".

- A) Ênclise - uso do pronome oblíquo após o verbo.
- B) Mesóclise - uso do pronome oblíquo após o verbo.
- C) Próclise - uso do pronome oblíquo após o verbo em frases afirmativas.
- D) Próclise - uso do pronome oblíquo após o verbo em frases no futuro do presente.

QUESTÃO 5

"Uma das atividades mais comuns entre os profissionais de saúde e segurança do trabalho são as inspecções de segurança".

Analisar as afirmativas a seguir sobre o enunciado anterior e assinale a alternativa correta.

- I. O sujeito do enunciado é a expressão "as inspecções de segurança".
- II. Na expressão: "profissionais de saúde", o termo em destaque é um objeto indireto.
- III. Os vocábulos "entre", "as" e "comum" são preposição, artigo e adjetivo, respectivamente.

- A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- D) As afirmativas I, II e III estão corretas.

QUESTÃO 6

Analisar as afirmativas a seguir e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () "Precisamos quebrar esse paradigma". O vocábulo em destaque tem o mesmo sentido de padrão.
- () "Não será demérito para os profissionais." O vocábulo em destaque tem o mesmo sentido de deferência.
- () [...] "sem a participação dos trabalhadores do chão de fábrica". A expressão em destaque faz referência àqueles que trabalham com a limpeza e manutenção.
- () [...] "que serão sugeridas para mitigar os riscos detectados". O vocábulo em destaque tem o mesmo sentido de lenificar.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- A) V, V, F, V.
- B) F, V, F, V.
- C) V, F, V, F.
- D) V, F, F, V.

QUESTÃO 7

Quanto às regras de acentuação, assinale a alternativa incorreta.

- A) A palavra **saúde** é acentuada porque é uma oxítone terminada em "e".
- B) A palavra **ideia** deixou de ser acentuada com o novo acordo ortográfico.
- C) A palavra **propósito** é acentuada porque é uma proparoxítone.
- D) A palavra **própria** é acentuada porque é uma paroxítone terminada em ditongo crescente.

QUESTÃO 8

Assinale a alternativa em que todas as palavras foram grafadas corretamente.

- A) Aquela mãe fez um esforço sobrehumano para salvar seu bebê.
- B) É preciso ter muita auto-estima para não se importar com o que os outros pensam e dizem.
- C) O grupo foi à cidade vizinha saltar de para-quedas.
- D) As minissaias estão em alta e os lojistas apostam em muitas vendas no verão.

QUESTÃO 9

Quanto às normas para o uso do acento grave, assinale a alternativa incorreta.

- A) Os portões estão abertos desde as sete da manhã.
- B) Iremos para o clube às 20h.
- C) A aula de natação está marcada para as 20h.
- D) O curso de inglês hoje será entre as 13h e às 15h.

QUESTÃO 10

Leia as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Nas oxítonas e paroxítonas, foi eliminado o acento agudo dos ditongos abertos "oi" e "ei".
- () Nas palavras oxítonas, foi eliminado o acento circunflexo nos ditongos "oo" e "ee".
- () Nas paroxítonas, o acento agudo nas vogais "i" e "u", quando aparece após ditongo, não é mais utilizado.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- A) V, F, V.
- B) V, V, F.
- C) F, V, V. 2
- D) F, F, V.



QUESTÃO 11

O conceito mais fundamental de lógica é a proposição. Dentre as afirmações abaixo, assinale a alternativa correta que apresenta uma proposição.

- A) Façam silêncio.
- B) Que cansaço!
- C) Onde está meu chaveiro?
- D) Ainda é cedo.

QUESTÃO 12

Considere que P e Q sejam duas proposições e analise as afirmações abaixo.

- I. "P implica Q" corresponde à proposição bicondicional.
- II. "P é condição suficiente para Q" é equivalente à "Se P, então Q".
- III. "Se P então Q e se Q então P" é equivalente à "P se e somente se Q".
- IV. "Se P então Q" corresponde à proposição condicional.

De acordo com as afirmações apresentadas, assinale a alternativa correta.

- A) Apenas a afirmação I é verdadeira
- B) Apenas a afirmação IV é verdadeira
- C) Apenas as afirmações II, III e IV são verdadeiras
- D) Apenas as afirmações II e IV são verdadeiras

QUESTÃO 13

Considere dois conjuntos A e B, tais que $A = \{1, 2, 4, 5, 6, 10\}$ e $B = \{3, 4, 5, 6, 8, 10\}$.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente os conjuntos $A \cap B$ e $A - B$, respectivamente.

- A) $\{4, 5, 6, 10\}$ e $\{1, 2\}$
- B) $\{1, 2\}$ e $\{-2, -2, -1, -1, -2, 0\}$
- C) $\{4, 5, 6, 10\}$ e $\{1, 2, 3, 8\}$
- D) $\{1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10\}$ e $\{1, 2\}$

QUESTÃO 14

Um corpo de bombeiros tem profissionais cujas especialidades podem ser "Combate a incêndio" e "Busca e salvamento", sendo possível ter uma ou mais especialidades. Do quadro de profissionais, 10 têm "Busca e salvamento" como especialidade, 8 têm "Combate a incêndio" como especialidade e, dentre esses, 4 têm ambas especialidades.

Assinale a alternativa que indica corretamente o número total de profissionais incluídos nesta contabilidade.

- A) 10
- B) 12
- C) 20
- D) 14

QUESTÃO 15

Observe a sentença: $(P \rightarrow \sim Q) \leftrightarrow (R \wedge P)$. Se a proposição lógica P é falsa, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação correta.

- A) A sentença é uma tautologia
- B) A sentença é uma contradição
- C) A sentença é verdadeira sempre que a proposição P é falsa
- D) A sentença é falsa sempre que a proposição P é falsa



QUESTÃO 16

O Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas e os Conselhos Regionais gozam de autonomia administrativa e orçamentária para a consecução de suas atividades. Dessa forma, no que se refere à constituição de suas rendas e ao dever de prestar contas, à luz do Decreto-Lei nº 860/1969, assinale a opção correta.

- A) O percentual de 50% da renda bruta do Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas será repartido entre os Conselhos Regionais, proporcionalmente ao número de inscritos.
- B) O Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas deverá dividir igualmente, entre os Conselhos Regionais, o percentual de 25% dos legados, das doações ou das subvenções aos quais tenha direito.
- C) A responsabilidade administrativa e financeira dos Conselhos de Relações Públicas cabe a seus membros efetivos.
- D) A prestação de contas dos presidentes dos CONRERPs será apresentada ao Tribunal de Contas da União, por intermédio do Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas.

QUESTÃO 17

O controle da Administração Pública é fundamental para garantir a legalidade, eficiência e transparência dos atos administrativos. Sobre os tipos de controle exercidos na Administração Pública, analise as afirmativas a seguir:

- I. O controle interno é realizado pelos próprios órgãos e entidades da Administração, visando corrigir irregularidades e aprimorar processos.
- II. O controle externo é exercido pelo Poder Legislativo, geralmente por meio dos tribunais de contas, para fiscalizar a atuação do Poder Executivo.
- III. O controle judicial permite que o Poder Judiciário revise e anule atos administrativos que estejam em desacordo com a lei.
- IV. O controle administrativo só pode ser exercido pelo Tribunal de Contas.

Assinale a alternativa correta.

- A) As afirmativas I, III estão corretas.
- B) Apenas II e III estão corretas.
- C) Apenas I e IV estão corretas.
- D) Apenas I, II e III estão corretas.

QUESTÃO 18

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pode ser afirmar que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou:

- A) Culpa.
- B) Abstenção.
- C) Intensão.
- D) Desinformação

QUESTÃO 19

Segundo a Constituição Federal, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Tal situação aponta que a responsabilidade da administração pública e do servidor são, respectivamente:

- A) subjetiva e objetiva.
- B) ambas objetivas.
- C) discricionária e objetiva.
- D) objetiva e subjetiva.

QUESTÃO 20

O município tem competência para legislar sobre restrições à atividade de construção no seu território (que implica restrição a direito de propriedade), pois cabe a ele estabelecer as linhas do plano urbanístico municipal. O direito real público que autoriza o Poder Público a usar a propriedade imóvel para permitir a execução de obras e serviços de interesse coletivo, caracteriza o(a)

- A) tombamento compulsório.
- B) desapropriação.
- C) limitação administrativa.
- D) servidão administrativa.

QUESTÃO 21

São características da servidão administrativa, assinale a alternativa correta:

- A) Ônus pessoal, confere um direito real sobre o bens e direitos ao ente público; Recai apenas sobre bens imóveis; Finalidade é uma utilização pública; Perpetuidade, é permanente; Em regra, não enseja indenização; Efeitos erga omnes, desde que registrada.
- B) Ônus real, confere um direito real sobre o bem, e não pessoal, ao ente público; Recai sobre bens móveis e imóveis; Finalidade é uma utilização pública; Perpetuidade, é permanente; Em regra, não enseja indenização; Efeitos erga omnes, desde que registrada.
- C) Ônus pessoal, confere um direito real sobre o bem, e não pessoal, ao ente público; Recai apenas sobre bens imóveis; Finalidade é uma utilização pública; Perpetuidade, é permanente; Em regra, não enseja indenização; Efeitos erga omnes, desde que registrada.
- D) Ônus real, confere um direito real sobre o bem, e não pessoal, ao ente público; Recai apenas sobre bens imóveis; Finalidade é uma utilização pública; Perpetuidade, é permanente; Em regra, não enseja indenização; Efeitos erga omnes, desde que registrada.

QUESTÃO 22

Constitui ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública:

- A) agir ilícitamente na arrecadação de tributo ou de renda.
- B) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública.
- C) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.
- D) celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.



QUESTÃO 23

Nos termos da Lei Orgânica, o Município de Piçarra atuará com determinação por todos os seus órgãos e agentes, no sentido de contribuir para a realização dos objetivos fundamentais da sociedade brasileira de:

- A) Definir distinções em razão da religião, sexo e profissão e manter a igualdade racial.
- B) Erradicar a pobreza e a marginalização, reduzindo as desigualdades sociais, raciais e regionais.
- C) Respeitar a transparência e o controle popular na ação do governo.
- D) Estabelecer distinções entre os brasileiros e definir padrões para redução da pobreza.

QUESTÃO 24

Acerca dos Princípios Fundamentais e dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal de 1988, julgue as afirmativas a seguir. Marque V, para verdadeiro e F, para falso:

- () A soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana são fundamentos da República Federativa do Brasil e constituem normas constitucionais de eficácia plena, não admitindo limitações infraconstitucionais ao seu núcleo essencial.
- () Os direitos e garantias fundamentais previstos no artigo 5º da Constituição Federal possuem aplicabilidade imediata, embora alguns exijam regulamentação infraconstitucional para disciplinar aspectos procedimentais de seu exercício.
- () Tratados internacionais de direitos humanos aprovados pelo Congresso Nacional em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros de cada Casa, passam a ter hierarquia de norma constitucional, integrando o bloco de constitucionalidade.
- () A separação dos Poderes, ainda que seja um dos princípios fundamentais expressos na Constituição Federal, admite, por simples autorização legislativa, que um Poder exerça, de forma ampla, as funções típicas de outro Poder.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- A) V, F, V e F.
 B) V, V, F e F.
 C) F, V, V e V.
 D) V, V, V e F.

QUESTÃO 25

A Constituição Federal de 1988 estabelece as funções institucionais do Ministério Público, sendo elas:

- I. Promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- II. Julgar, nos crimes comuns, os governadores dos estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal, os membros dos tribunais de contas dos estados e do Distrito Federal.
- III. Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- IV. Exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe permitida a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

Quais estão INCORRETAS?

- A) Apenas II.
 B) Apenas IV.
 C) Apenas I e III.
 D) Apenas II e IV.

QUESTÃO 26

O mandado de segurança trata-se de uma ação constitucional civil, cujo objeto é a proteção de direito líquido e certo, lesado ou ameaçado de lesão, por ato ou omissão de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público. No que concerne ao mandado de segurança, aquele que tenha praticado o ato impugnado ou do qual emane a ordem para a sua prática denomina-se:

- A) Autor da ação.
 B) Juiz de Direito.
 C) Procurador Geral.
 D) Autoridade coatora.

QUESTÃO 27

Determinado servidor público requereu, após o preenchimento de todos os requisitos necessários, sua aposentadoria junto a determinado órgão competente. Sendo o pedido ilegalmente indeferido, cabe ao servidor ingressar com a ação de:

- A) Habeas Corpus
 B) Habeas Data
 C) Mandado de Injunção
 D) Mandado de Segurança

QUESTÃO 28

Sobre a impetração de mandados de segurança coletivos e ações populares, analise as afirmativas a seguir.

- I. A ação popular é uma ação constitucional posta à disposição de qualquer cidadão, seja brasileiro nato ou naturalizado e no gozo dos seus direitos políticos, que visa a invalidar ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- II. O mandado de segurança é um instrumento jurídico cuja finalidade é proteger direito líquido e certo, ou seja, provado por documentos, que tenha sido violado por ato ilegal ou abusivo de autoridade pública ou de agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- III. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 360 dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado. Por outro lado, a ação popular prescreve em 10 anos, tendo como termo a quo da contagem do prazo a data da publicidade do ato lesivo ao patrimônio.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
 B) II, apenas.
 C) III, apenas.
 D) I e II, apenas.



QUESTÃO 29

De acordo com a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, podemos afirmar corretamente, EXCETO:

- A) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- B) Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do último domicílio conjugal.
- C) O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a do primeiro domicílio conjugal.
- D) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.

QUESTÃO 30

A Lei nº 13.655/2018 introduziu disposições na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657/1942) que visam promover maior segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação do direito público, dentre as quais:

- A) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
- B) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa sempre terá efeito *ex tunc*.
- C) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta a evolução da interpretação jurídica dada à matéria, vedada a manutenção de ato praticado em desacordo às novas orientações.
- D) As circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente serão consideradas apenas para fins de mitigação de sanções a ele aplicáveis.

QUESTÃO 31

À luz do Código Civil, assinale a alternativa correta, a respeito dos direitos de personalidade.

- A) Em qualquer hipótese, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- B) É nula a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- C) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo seu exercício sofrer limitação voluntária.
- D) Se necessário, por ordem médica, qualquer pessoa pode ser obrigada a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou à intervenção cirúrgica.

QUESTÃO 32

É correto afirmar de acordo com o Código Civil:

- A) Os direitos da personalidade são irrenunciáveis.
- B) Qualquer pessoa no exercício pleno da sua capacidade civil poderá alienar ou transigir sobre direitos da personalidade.
- C) Os direitos da personalidade podem ser transmitidos aos herdeiros do seu titular.
- D) A alienação ou transação sobre direitos da personalidade exige averbação no registro público.

QUESTÃO 33

Considerando o Código Civil, acerca do direito das obrigações, a coisa incerta será indicada, ao menos pelo(a)

- A) gênero e pela qualidade.
- B) qualidade e pela quantidade.
- C) gênero e pela quantidade.
- D) natureza e pela quantidade.

QUESTÃO 34

A solidariedade está definida no art. 896, parágrafo único, do Código Civil: "Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorrem mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito ou obrigado à dívida toda". A solidariedade no Direito Tributário é a passiva e resulta sempre da lei: não se presume, nem pode nascer da vontade das partes.

A respeito da solidariedade no Código Tributário Municipal de Trindade, assinale a alternativa correta.

- A) Salvo situações expressas em lei, a interrupção da prescrição em favor ou contra um dos obrigados não favorece ou prejudica aos demais.
- B) Em regra, o pagamento por um dos obrigados não aproveita aos demais.
- C) A solidariedade, segundo a lei em vigor, comporta benefício de ordem de forma absoluta.
- D) Entende-se por interesse comum, de acordo com o código em vigor, a situação em que duas ou mais pessoas pratiquem o fato gerador da mesma obrigação tributária.

QUESTÃO 35

De acordo com o Código Civil, uma prestação é fungível quando:

- A) a coisa a ser entregue ao credor é incerta.
- B) há mais de um devedor na cadeia da obrigação.
- C) o devedor tem a opção de entregar objeto similar.
- D) a obrigação pode ser executada por sujeito diverso do devedor.



QUESTÃO 36

De acordo com a sistemática processual civil do mandado de segurança:

- A) a sentença concessiva da segurança pleiteada na ação mandamental tem sua eficácia diferida, já que se encontra sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.
- B) a comprovação de perigo de dano irreparável ou de difícil reparação é imprescindível para a concessão da liminar, da mesma forma como ocorre com as tutelas de urgência.
- C) a medida liminar será concedida quando houver receio de ineficácia da medida, mesmo se o objeto do mandado de segurança for a compensação de créditos tributários.
- D) o mandado de segurança pode ser impetrado contra atos de gestão comercial praticados por administradores de empresas públicas ou sociedades de economia mista.

QUESTÃO 37

Analise as afirmativas a seguir sobre a mediação de conflitos.

- I. Em todas as situações da vida cotidiana, quando houver conflitos entre duas partes, só poderá ser resolvidos por meio de terceiros, ou seja, de um mediador conflitos.
- II. O mediador de conflitos pode, a partir de sua experiência de vida, inspirar as partes conflituosas a resolverem os problemas, não sendo necessário o uso de técnicas específicas para a resolução dos conflitos.
- III. A conciliação alarga a participação do terceiro, que passa a poder, com sugestões, aconselhamentos e informações, projetar para as partes possíveis soluções que são debatidas e analisadas por estas.
- IV. A mediação apresenta-se como um meio de solução consensual de conflitos, muito mais amplo e profundo, sendo a técnica pela qual "as partes envolvidas no conflito buscam chegar a um acordo contando com a ajuda de um mediador, terceiro imparcial, que não tem poder de decisão.
- V. A mediação de conflitos não tem o objetivo de reconstruir um bom relacionamento entre as pessoas.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) I, II e V, apenas.
- B) III e IV, apenas.
- C) I e V, apenas.
- D) I, III, IV e V, apenas.

QUESTÃO 38

Mariana e Romeu mantinham um relacionamento amoroso há cerca de 6 meses quando Mariana engravidou. Apesar da gravidez, o casal não estava em um relacionamento sério, e Romeu não demonstrava interesse em assumir a paternidade, alegando que não tinha certeza de que a criança era dele e que não estava pronto para ser pai. Diante da recusa espontânea, ainda durante a gravidez, Mariana propôs ação de reconhecimento de paternidade em face de Romeu, manifestando, expressamente, desinteresse na composição consensual. Romeu, devidamente citado, manifestou interesse na realização da audiência de conciliação e mediação entre as partes.

Diante da situação hipotética, é correto afirmar que a audiência de conciliação e mediação

- A) deverá ser realizada, sendo certo que o não comparecimento injustificado de Mariana é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa que será convertida em favor de Romeu.

- B) deverá ser realizada, não sendo necessária a participação dos advogados.
- C) deverá ser designada pelo juiz com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo Romeu ser citado com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência.
- D) deverá ser realizada, podendo qualquer das partes constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.

QUESTÃO 39

João, após ser aprovado em um concurso público, buscou se especializar na temática afeta aos métodos apropriados de solução de conflitos. Registre-se que João se interessou pelo método que envolve a atividade desempenhada pelos profissionais que atuam preferencialmente nos casos em que há vínculo anterior entre as partes, auxiliando os interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Civil, João se interessou pelo seguinte método apropriado de solução de conflitos:

- A) arbitragem, mediante cláusula compromissória;
- B) arbitragem, mediante compromisso arbitral;
- C) negociação;
- D) mediação.

QUESTÃO 40

No tocante à prova testemunhal, é CORRETO o que se afirma em:

- A) Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada. A intimação deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, cumprindo ao advogado juntar aos autos, com antecedência de pelo menos 5 (cinco) dias da data da audiência, cópia da correspondência de intimação e do comprovante de recebimento.
- B) A intimação da testemunha será feita pela via judicial quando o advogado da parte não a fizer por meio de carta com aviso de recebimento e posterior juntada aos autos da cópia da correspondência e do comprovante de recebimento.
- C) É lícito à parte contraditar a testemunha, arguindo-lhe a incapacidade, o impedimento ou a suspeição, bem como, caso a testemunha negue os fatos que lhe são imputados, provar a contradita com documentos ou com testemunhas, até 3 (três), apresentadas no ato e inquiridas em separado.
- D) O juiz inquirirá as testemunhas separada e sucessivamente, primeiro as do autor e depois as do réu, podendo alterar a ordem da inquirição independentemente do consentimento das partes.

QUESTÃO 41

As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados no Código de Processo Civil, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz. Considerando a assertiva, é correto afirmar que:

- A) É vedado ao juiz admitir a utilização de prova produzida em outro processo;
- B) A distribuição diversa do ônus da prova pode ocorrer por convenção das partes mesmo se recair sobre direito indisponível;
- C) Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o ônus da prova pela parte ao qual compete ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada e dê à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído;

- D) A determinação das provas necessárias ao julgamento do mérito provém de decisão do Juiz adstrita aos requerimentos de produção de provas que as partes realizem;

QUESTÃO 42

Considerando o Código de Processo Civil, contra a decisão interlocutória que versar sobre a redistribuição do ônus da prova, caberá

- A) apelação.
- B) agravo de instrumento.
- C) recurso especial.
- D) recurso ordinário.



QUESTÃO 43

Step é servidor público e veio a ser acusado de crime que somente pode ser cometido por funcionário público, tendo sido absolvido posteriormente. Na classificação de crimes, quando ele somente ocorre quando realizado por determinada categoria de pessoas em relação ao sujeito ativo, o crime é considerado:

- A) comum
- B) próprio
- C) manual
- D) artesanal

QUESTÃO 44

Marque a alternativa CORRETA sobre os sujeitos do delito de violação de sigilo funcional.

- A) O Estado é exclusivamente sujeito passivo do delito.
- B) O delito só pode ser praticado por funcionário público, ou seja, é um delito próprio.
- C) O funcionário responde pelo delito, mesmo, quando do fato, tiver sido demitido.
- D) O servidor aposentado ou posto em disponibilidade não é sujeito ativo do delito.

QUESTÃO 45

Sobre a tipicidade no Direito Penal, é correto afirmar que:

- A) A tipicidade é a adequação do fato à lei penal.
- B) A tipicidade não exige a correspondência entre o fato e o tipo penal.
- C) A ausência de tipicidade não exclui a possibilidade de responsabilização penal.
- D) A tipicidade é irrelevante para a definição de crimes.

QUESTÃO 46

Sobre o tema "excludentes de ilicitude", tratado no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- A) Entende-se em estado de necessidade quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- B) O agente não responderá pelo excesso culposo, somente responderá pelo excesso doloso.
- C) Mesmo que o agente tenha o dever legal de enfrentar o perigo, é cabível o reconhecimento de estado de necessidade.
- D) Não há crime quando o agente pratica o fato em estrito cumprimento de dever legal.

QUESTÃO 47

Os crimes contra a fé pública estão relacionados à autenticidade de documentos e símbolos oficiais. De que forma tal delito pode ocorrer?

- A) Redação de relatórios e estatísticas fiéis, retratando a realidade contábil com precisão.
- B) Avaliação regular dos balanços financeiros em órgão público, divulgando resultados confiáveis à população.
- C) Emissão de carteiras funcionais legítimas, aprovadas em procedimento de controle institucional.
- D) Falsificação de documentos usados na comprovação de identidade ou na verificação de registros.

QUESTÃO 48

De acordo com a Lei de Abuso de autoridade, analise os itens a seguir.

- I. Constranger o preso ou o detento, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a produzir prova contra si mesmo ou contra terceiro: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa, sem prejuízo da pena cominada à violência.
 - II. Constranger a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo: Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
- A) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
 - B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é um complemento da I.
 - C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
 - D) As asserções I e II são proposições falsas.



QUESTÃO 49

De acordo com o Código de Processo Penal, nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial poderá proceder a inquérito policial:

- A) somente a requerimento da autoridade judiciária.
- B) de ofício.
- C) somente a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- D) a requerimento de qualquer interessado e do Ministério Público.

QUESTÃO 50

Em conformidade com o Código de Processo Penal, nos crimes de ação penal pública, se esta não for intentada no prazo legal:

- A) ocorrerá perempção.
- B) será imediatamente extinta a punibilidade do acusado.
- C) será admitida ação privada.
- D) a autoridade policial deverá solicitar ao juiz da vara de inquérito a prisão provisória do réu.

QUESTÃO 51

ZZZ, maior de idade e plenamente capaz de compreender o caráter ilícito de sua conduta, foi preso em flagrante no dia 23 de junho de 2025, após praticar um roubo mediante o uso de arma de fogo em uma loja de aparelhos eletrônicos, localizada na cidade de Nova Iguaçu – Unidade Federativa do Rio de Janeiro. Durante a audiência de custódia, o magistrado constatou que ZZZ já havia sido anteriormente preso por outros crimes de natureza semelhante e, mesmo em liberdade, persistia na prática de atos delituosos.

Diante dessa circunstância, o Ministério Público da Unidade Federativa do Rio de Janeiro requereu a decretação da prisão preventiva de ZZZ, sob o fundamento de que ele representa risco à coletividade. Tendo em vista a situação hipotética apresentada e os preceitos contidos no art. 312 do Decreto-Lei nº 3.689/1941, que instituiu o Código de Processo Penal Brasileiro, é correto afirmar que a prisão preventiva poderá ser decretada:

- A) Apenas para garantir que ZZZ fique preso até o julgamento final.
- B) Somente se houver condenação definitiva pelo crime deflagrado.
- C) Somente se ZZZ confessar o crime durante a audiência de custódia.
- D) Para garantir a ordem pública, uma vez que há risco de reiteração criminosa.

QUESTÃO 52

Roberto foi encontrado, logo após a prática de determinado delito, com instrumentos e objetos que façam presumir ser ele o autor da infração. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Penal, a autoridade policial deverá realizar:

- A) prisão em flagrante.
- B) prisão temporária.
- C) prisão preventiva.
- D) prisão definitiva.

QUESTÃO 53

O Código de Processo Penal Brasileiro prevê a competência do juiz das garantias, bem como a transição de competência para o juiz da instrução e julgamento.

Considerando a afirmativa, assinale a alternativa correta:

- A) As decisões proferidas pelo juiz das garantias vinculam o juiz da instrução e julgamento.
- B) Oferecida a denúncia ou queixa, as questões pendentes serão decididas pelo juiz da instrução e julgamento.
- C) Oferecida a denúncia ou queixa, as questões pendentes ainda poderão ser decididas pelo juiz das garantias, de forma excepcional.
- D) As decisões proferidas pelo juiz das garantias não vinculam o juiz da instrução e julgamento, entretanto, com o oferecimento da denúncia ou queixa, não serão reexaminadas as medidas cautelares em curso.

QUESTÃO 54

Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata a Lei Maria da Penha, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade:

- A) Após do recebimento da denúncia e ouvido a Defensoria Pública e Ministério Público.
- B) Antes do recebimento da denúncia e ouvido a Defensoria Pública e Ministério Público.
- C) Antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.
- D) Após do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.



QUESTÃO 55 – EP QUESTÕES 2025

No que diz respeito às intimações por meio eletrônico, de acordo com a Lei no 11.419/2006, qual o prazo para que o intimando efetive a consulta eletrônica ao teor da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada?

- A) 5 (cinco) dias úteis.
- B) 10 (dez) dias corridos.
- C) 3 (três) dias contados da data do envio da intimação.
- D) O prazo varia conforme o tipo de processo (civil, penal ou trabalhista).

QUESTÃO 56 – EP QUESTÕES 2025

A Lei no 11.419/2006 dispõe sobre a informatização do processo judicial. Em relação à sua aplicação, o Art. 1o, § 1o, estabelece que ela se aplica indistintamente a quais tipos de processos e jurisdições?

- A) Aplica-se unicamente aos processos civil e trabalhista, em todas as instâncias;
- B) Aos processos civil, penal e trabalhista, bem como aos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição.
- C) Exclusivamente aos processos cíveis, em todas as instâncias.
- D) Aos processos administrativos e judiciais, em qualquer grau.

QUESTÃO 57 – EP QUESTÕES 2025

De acordo com as disposições da Lei no 11.419/2006, os originais dos documentos digitalizados deverão ser preservados pelo seu detentor até qual momento?

- A) Até a prolação da sentença de primeiro grau.
- B) Até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória.
- C) Pelo período de 5 (cinco) anos, contados da data do envio ao sistema.
- D) Enquanto o processo estiver em tramitação ativa no sistema eletrônico.

QUESTÃO 58 – EP QUESTÕES 2025

Analise a seguinte hipótese real:

Um magistrado do TJPB, ao verificar a quantidade de processos acumulados em sua unidade, identificou que alguns pesos atribuídos às classes processuais estavam gerando carga desproporcional na distribuição. Propôs, então, ajustes na configuração local dos pesos junto à corregedoria para corrigir distorções.

Com base na Resolução CNJ no 185/2013, é correto afirmar:

- A) A atribuição de pesos e sua modificação é prerrogativa exclusiva do CNJ, sendo vedado qualquer ajuste local.
- B) Os pesos processuais podem ser atribuídos por Tribunais ou Corregedorias, mas qualquer alteração exige validação pelo Comitê Gestor Nacional do PJe.
- C) A atribuição de pesos é uma competência concorrente dos tribunais e corregedorias, sendo permitida a configuração local desde que validada por grupos de magistrados de todas as instâncias.
- D) Apenas os tribunais superiores podem modificar pesos processuais, mediante autorização da Presidência do STF.

QUESTÃO 59 – EP QUESTÕES 2025

Considerando o funcionamento do sistema PJe nos tribunais, assinale a alternativa correta sobre os efeitos da suspensão dos prazos processuais, conforme a Resolução CNJ no 185/2013:

- A) A suspensão dos prazos impede o peticionamento, sendo vedada qualquer movimentação processual no sistema PJe durante tal período.
- B) Durante a suspensão dos prazos, o envio de petições será permitido apenas para medidas urgentes, mediante liberação da secretaria judicial.
- C) A suspensão dos prazos não impede o envio de petições e movimentações, cabendo ao juiz postergar sua análise para o término da suspensão, exceto nos casos de urgência.
- D) Os sistemas devem ser programados para impedir petições durante a suspensão dos prazos, como forma de preservar a isonomia das partes.

QUESTÃO 60 – EP QUESTÕES 2025

Em procedimento administrativo no TJPE, o magistrado responsável pelo juízo identificou que um processo eletrônico, com mais de 500 documentos anexos, havia se tornado difícil de manusear devido à desorganização das peças. Diante disso, foi determinada a reordenação dos documentos e a exclusão de algumas peças não legíveis, com intimação para nova juntada.

Assinale a alternativa que melhor reflete a diretriz da Resolução CNJ no 185/2013 nesse cenário:

- A) A reordenação dos autos digitais deve ser feita apenas pela secretaria, e a exclusão de documentos depende de autorização do corregedor local.
- B) Cabe ao magistrado determinar a reapresentação de documentos e a exclusão dos anteriormente juntados, sempre que a forma da apresentação prejudicar o contraditório e a ampla defesa.
- C) A exclusão de peças nos autos digitais é vedada, salvo se for determinada por decisão colegiada em grau recursal.
- D) Os documentos não podem ser excluídos dos autos digitais sob qualquer hipótese, devendo apenas ser desconsiderados para fins de julgamento.

A **Prova Discursiva** será realizada na mesma data e horário da prova objetiva e será composta de **1 (uma) questão de conhecimentos específicos** constante no Anexo III do Edital. Para o desenvolvimento da Prova Discursiva, o candidato deverá redigir no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas, observando os critérios de correção estabelecidos no quadro abaixo:

Item	Critérios de Correção	Pontuação Máxima
1	ESTRUTURA: o conteúdo apresentado pelo candidato deve ser um texto predominantemente dissertativo-argumentativo, devendo constituir-se de um conjunto articulado de ideias relacionadas ao tema proposto.	3
2	CONTEÚDO: análise das ideias fundamentais do texto observando a fidelidade ao tema proposto; consistência e relevância argumentativa; progressão temática; e senso crítico do candidato.	5
3	EXPRESSÃO: adequação vocabular e emprego do registro culto da língua portuguesa; clareza na apresentação das ideias; coesão e coerência.	2

Para o desenvolvimento da Prova Discursiva, o candidato deverá redigir com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade, sendo desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado, que estiver rasurado, ilegível ou incompreensível.

Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado e/ou que tiver extensão inferior ao mínimo de linhas estabelecido ou ultrapassar a extensão máxima de linhas estabelecida.

Será atribuída nota zero à Prova Discursiva:

- a) que estiver em branco;
- b) cujo conteúdo for diverso do tema estabelecido;
- c) que fugir da tipologia, tema e proposta da Prova Discursiva;
- d) considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita, ou em idioma diverso do português;
- e) que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta;
- f) que apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato;
- g) que tiver extensão inferior ao mínimo de linhas estabelecido.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A introdução da Inteligência Artificial (IA) no âmbito do Poder Judiciário tem se destacado como uma ferramenta fundamental para agilizar e aumentar a eficácia das atividades processuais.

A IA é utilizada em diversas funções, incluindo a análise de documentos, a previsão de resultados, a triagem de processos e a realização de pesquisas jurídicas. Os sistemas de Inteligência Artificial podem contribuir significativamente para a redução da carga de trabalho dos profissionais do direito, permitindo que magistrados e servidores se concentrem em questões que exigem um raciocínio crítico mais apurado. Essa tecnologia não apenas acelera o trâmite processual, mas também melhora o acesso à justiça, promovendo uma maior eficiência no sistema judicial.

Entretanto, a implementação dessa tecnologia traz consigo desafios importantes, como a garantia da segurança das informações, a manutenção da imparcialidade nas decisões e a capacitação adequada dos profissionais envolvidos. Diante desse contexto, a utilização da Inteligência Artificial no Poder Judiciário é uma medida necessária, especialmente diante da alarmante taxa de congestionamento processual, que atinge 76%.

No entanto, é imprescindível que essa implementação ocorra com cautela, a fim de equilibrar eficiência e responsabilidade, assegurando que a justiça não apenas seja célere, mas também equitativa e confiável.

Fonte: FAG.

O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DA AUTOMAÇÃO NO TRABALHO DO JUDICIÁRIO

Transcreva a resposta da redação de 20 a 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

Transcreva a resposta da redação de 20 a 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

RASCUNHO

PÓS-EDITAL



SIMULADÃO

TJPE

TÉCNICO JUDICIÁRIO

PROVA OBJETIVA + REDAÇÃO

1.C

2.B

3.C

4.A

5.B

6.D

7.A

8.D

9.D

10.D

11.D

12.C

13.A

14.D

15.D

16.D

17.D

18.A

19.D

20.D

21.D

22.C

23.B

24.D

25.D

26.D

27.D

28.D

29.B

30.A

31.C

32.A

33.C

34.D

35.D

36.A

37.B

38.D

39.D

40.C

41.C

42.B

43.B

44.B

45.A

46.D

47.D

48.A

49.C

50.C

51.D

52.A

53.B

54.C

55.B

56.B

57.B

58.B

59.C

60.B

AULÃO PRESENCIAL NO RECIFE

PROVA DE VESPERA

**TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

TÉCNICO JUDICIÁRIO



**11 de
abril**



**A partir
das 8h**



Auditório do Rio Mar Trade Center
Av. República do Líbano, 251 Pina, Recife/PE



EstouPreparado.com.br

